

Bancos não são os únicos réus

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — O vice-presidente da Ordem e do Sindicato dos Economistas de São Paulo, professor Celso Martone, afirmou ontem que, a curto prazo, não se devem esperar resultados concretos da reunião dos países endividados da América Latina, realizada em Cartagena, na Colômbia, apesar dela ter se constituído num passo além na direção de uma negociação da dívida externa, envolvendo a partir de agora também os governos das nações interessadas e não apenas os bancos credores.

Martone classificou o encontro como um movimento político que procurou atacar o assunto numa esfera diferente da que vinha sendo empregada até agora, na qual cada país procurava solucionar seu problema individualmente. Esse tipo de tratamento, salientou ele, permite apenas a obtenção de vantagens adicionais por alguns países, de eficácia limitada e pouco significativas. A redução de **spreads** e de encargos financeiros, somada à possibilidade de prazos maiores de amortização dos débitos, não representam qualquer solução para a questão, cujo ponto crucial é a elevação das taxas de juros. Para Martone, os bancos internacionais não podem ser incriminados como os responsáveis pelo aumento dessas taxas porque não passam de intermediários. O grande culpado da história é o déficit público norte-

americano, que só pode ser contornado pelo governo dos EUA. Não é à toa, prosseguiu, que o movimento dos endividados ganhou impulso agora, quando o assunto endividamento caminha para uma não-solução e indica a iminência de um colapso financeiro que atingirá não somente os países devedores mas toda a comunidade internacional.

A decisão do governo dos EUA de fazer com que os bancos americanos contabilizassem como perdas definitivas as parcelas devidas pela Argentina e não pagas foi explicada por Martone como um "endurecimento de posição" em razão da Argentina estar contestando seriamente as regras do jogo financeiro. O que os EUA pretendem, previu, é fazer daquele país um exemplo de mau comportamento e puni-lo, ao mesmo tempo em que elogiam os países mais dóceis às políticas recessivas impostas pelo FMI, especialmente Brasil e México, acenando-lhes com vantagens, que entretanto são insuficientes.

Ao analisar a intenção do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de propor a capitalização dos juros da dívida brasileira pelo prazo de cinco anos, Martone afirmou que a idéia dificilmente vingará, mas ressaltou que o País deve brigar por ela. Ele não acredita na possibilidade de capitalização total dos juros da dívida, mas de uma par-

cela da ordem de 60 a 70 por cento. De qualquer forma, assinalou, essa é uma alternativa muito melhor do que de negociar, a cada ano, novos empréstimos para pagar juros sobre empréstimos anteriores, principalmente em razão da incerteza que cerca o comportamento dos juros pelos próximos dois anos. Uma vez adotada, acha ele, o País deixaria de quebrar a cabeça anualmente e adquiriria maior estabilidade interna.

O economista é favorável a uma maior abertura do País ao capital estrangeiro, proposta pela primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, e apoiada pelos representantes da Venezuela no encontro de Cartagena, desde que isso seja feito com critério. Segundo ele, não faz sentido nem os credores se interessariam em assumir parte do capital de estatais como Eletrobrás ou Sabesp. O que poderia atraí-los, afirmou, seriam empresas ligadas ao setor petroquímico ou siderúrgico, por exemplo, embora ele entenda que antes de mais nada o governo deveria definir as áreas em que eles poderiam atuar, estabelecendo em seguida um processo de barganha bem conduzido. Esta, entretanto, lembrou, não é a única saída, mesmo porque não há empresas brasileiras em quantidade suficiente para atender à necessidade de conversão de 90 bilhões de dólares de dívida externa em capital acionário de risco.